

CCIs, consolidação de campi experimentais, permanência no cargo após a aposentadoria...

Confira como foi a reunião do CO em 27/8

A partir do relato enviado por representantes do “Chapão Sintunesp/Associações” no Conselho Universitário (CO), acompanhe um resumo dos principais debates e encaminhamentos:

Permanência no cargo

A deliberação do CO de 2/7/2015, que autorizou a permanência da professora Marilza Vieira Cunha Rudge no cargo de vice-reitora, mesmo após sua aposentadoria, foi questionada por representantes da Adunesp e Sintunesp. Além de criticar, novamente, o fato de um tema de tamanha relevância ter sido levado ao Conselho Universitário de surpresa, uma vez que não constava na pauta, eles ressaltaram que não é competência do CO deliberar sobre isso, pois o tema está regulamentado em lei maior (a Constituição), que determina que o exercício de mandato eletivo em autarquia estadual deixa de ter validade para quem, ao aposentar-se, perder o vínculo com o serviço público. A grande questão é a insegurança jurídica que o fato representa, uma vez que quaisquer atos praticados por servidor aposentado, mantido irregularmente em cargo público, são nulos de direito, podendo trazer danos irreparáveis à Universidade.

Uma das conselheiras, a professora Maria do Rosário, de Marília, propôs que o tema fosse novamente pautado para discussão na próxima reunião do CO. Colocada a proposta em votação, 45 foram contrários, 15 favoráveis e uma abstenção.

Situação dos CCIs

Embora não estivesse na pauta, a recente polêmica em torno aos CCIs da Unesp – a redução do limite de atendimento dos atuais de 5 anos e 11 meses para 3 anos e 11 meses, a partir de 2016 – acabou sendo inserida após cobrança dos representantes do “Chapão”, de vários professores e diretores de unidade (a partir de debates feitos em Congregações).

Foram expostos inúmeros argumentos sobre as dificuldades que a medida significa para a comunidade, traduzindo-se em perda de direitos já conquistados. Ao final das discussões, foi definida a composição de uma comissão para estudar, com rapidez, as alternativas para solucionar o problema. Farão parte da comissão: Profª. Rita Melissa Lepre, Clementino Siqueira Júnior (CRH/Reitoria), o servidor técnico-administrativo Djalma Bovolenta (Botucatu), a Profª. Iraíde Marque de Freitas Barreiro (Assis). Ficaram pendentes: uma indicação da Assessoria Jurídica da reitoria e uma das supervisoras dos CCIs.

Consolidação de campi experimentais

A proposta de consolidação de quatro campi experimentais – Sorocaba, Dracena, Litoral Paulista e Tupã – foi aprovada por unanimidade. Com isso, já na próxima eleição aos órgãos colegiados centrais, em 2015, a composição do CO será alterada. De acordo com o (antidemocrático) critério em

vigor – 70% do peso para os docentes, 15% para os servidores técnico-administrativos e 15% para os estudantes – foram criadas cinco novas vagas para estes dois últimos segmentos. Por sugestão da mesa, foi aprovada a proposta de direcionar três destas vagas para os servidores técnico-administrativos e duas para os estudantes. Com essa alteração, o Sintunesp e as Associações voltarão a se reunir para discutir a indicação de três novos nomes no “Chapão” que concorrerá às eleições oficiais aos colegiados centrais deste ano. Portanto, a quantidade de conselheiros dos servidores passará de 10 para 13 no CO.

Mobilidade funcional

Representantes do “Chapão” manifestaram estranheza com a divulgação de edital de abertura de mobilidade funcional, uma vez que vários concursos ainda não foram homologados e muitos servidores aguardam a contratação em novas funções. Não houve manifestação da mesa sobre esse questionamento. Infelizmente, a reitoria está empurrando com a “barriga” o problema. O Sintunesp continuará fazendo esta cobrança em todas as instâncias da Universidade, mas desde já coloca sua Assessoria Jurídica à disposição dos servidores que estão nesta situação.

Situação dos vigilantes

Representantes do “Chapão Sintunesp/Associações” cobraram, mais uma vez, a resolução de dois problemas que afetam o segmento dos vigilantes da Unesp. O primeiro deles diz respeito ao tratamento desigual conferido aos contratados pela CLT e aos autárquicos em relação ao pagamento da periculosidade. O outro problema refere-se à legalização das escalas do setor; a PRAD e o CRH ficaram de se reunir com a AJ da Unesp e promover modelos de escalas para a regularização do trabalho desta função, mas isso ainda não ocorreu. Não houve manifestação da mesa sobre esse questionamento.

O Sintunesp vem acompanhando estes problemas de perto, inclusive tendo realizado reuniões com sua assessoria jurídica e os servidores nos campi, mas infelizmente está havendo dificuldades no diálogo. Esperamos que isso possa ser revisto, compatibilizando os interesses da Universidade e o bem-estar dos trabalhadores.

Outros informes

Vários outros itens foram apresentados na reunião, entre eles o informe da Profª. Marilza sobre o trabalho da Comissão de combate à violência na Universidade, formada por voluntários. Segundo ela, a comissão definiu os seguintes pilares de atuação: 1) capacitação de pessoal para trabalhar com o assunto (já foram capacitados vice-diretores e pessoal da STS, inclusão da Rede Viva Melhor); 2) publicação de artigos sobre o assunto e de manual da caloura; 3) marcos regulatórios (código de ética, regulamentos, portaria contra o uso do álcool e outros).